

concurso público para efeitos de celebração do respectivo contrato, desde que para a mesma propriedade haja mais do que um candidato.

Art. 2.º—No caso de concurso, são condições essenciais de preferência:

- a) Apresentação do melhor projecto de utilização de propriedade sob o ponto de vista de viabilidade económica tendo em conta a sua localização e reais potencialidades;
- b) A credibilidade do candidato perante os serviços tributários, devidamente comprovada;
- c) Maior capacidade de aproveitamento da propriedade expressamente demonstrada pelo candidato.

Art. 3.º — Verificando-se na graduação dos candidatos não serem bastantes as condições essenciais fixadas no artigo precedente, poderão ser ainda utilizadas, mas como condições accessórias de preferência, as seguintes:

- a) Possuir maior agregado familiar;
- b) A quantidade de novos postos de trabalho, ainda que eventuais, a criar, com o aproveitamento da propriedade;
- c) Maior experiência, devidamente comprovada, no ramo a que se destina a utilização da propriedade;
- d) Maior capacidade de investimento quer por meios próprios, quer pela utilização de créditos, devidamente comprovada.

Art. 4.º — 1. Os contratos de cedência de propriedade para exploração definirão o prazo desta e os direitos e obrigações recíprocos.

2. A concessão transmite-se, durante o prazo da sua vigência, aos familiares envolvidos no empreendimento, podendo o Estado prorrogar o prazo da concessão a estas, mediante adicional ao contrato de concessão. Porém, no caso da concessionária ser pessoa colectiva e esta se extinguir, não será transmissível a concessão.

3. Em igualdade de condições, serão preferidos os candidatos que se disponham a explorar as propriedades situadas a mais longa distância dos centros populacionais, ou aquelas cujo abandono ou situação degradada perdure há mais tempo.

Art. 5.º — 1. O Cidadão ou colectivo de cidadãos a quem sejam cedidas propriedades do Estado nos termos do presente Decreto, ficam obrigados ao pagamento das prestações expressamente estabelecidas no respectivo contrato.

2. O não cumprimento das obrigações contratuais por parte do cessionário implica a faculdade de rescisão do contrato pelo Estado, em particular quando se verificar falta repetida de pagamento de impostos ou o desaproveitamento da propriedade cedida por razões imputáveis ao cessionário.

Art. 6.º — Os pedidos de cedência devem ser dirigidos ao Gabinete do Envolvimento sob tutela do Ministro Delegado do Primeiro Ministro, redigidos em papel selado

#### Decreto n.º 23/88

Pelo Decreto-Lei n.º 32/87, publicado no *Diário da República* n.º 14, de 31 de Dezembro, foram estabelecidas as bases gerais e os princípios fundamentais a que deve obedecer o afastamento do Estado da gestão das Unidades Produtivas.

Tornando, no entanto, necessário fixar regras de desenvolvimento e de aplicação daquelas bases e princípios, objectivo a que se destina o presente decreto regulamentar.

Nestes termos;

Usando das faculdades conferidas pelo n.º 3 do artigo 47.º e alínea g) do artigo 42.º da Constituição Política, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, decreta o eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A cedência de propriedade do Estado para exploração individual ou colectiva será feita através de

com a assinatura reconhecida pelo notário, devendo dos mesmos constar a identificação completa do interessado ou interessados a designação da propriedade pretendida, a sua localização e todos os detalhes que possam corroborar na melhor apreciação do pedido.

Art. 7.º — 1. As pessoas colectivas candidatas à exploração de propriedade do Estado deverão apresentar conjuntamente com os pedidos de candidatura os respectivos Estatuto e Regulamento Interno, nos termos dos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 32/87.

2. Os pedidos de candidatura a que se refere o número anterior, deverão ser igualmente instruídos com curriculum vitae dos membros respectivos.

3. Devem ser igualmente juntos aos textos referidos no número 1 os curriculum vitae dos técnicos que não sendo embora membros da empresa, sejam contratados para nela prestarem serviço.

Art. 8.º — A celebração de contratos de gestão com empresas estrangeiras não iliba os concessionários de propriedade do Estado do cumprimento dos preceitos do presente diploma e dos demais em vigor.

Art. 9.º — A não observância das orientações técnicas emanadas do sector competente é passível de sanção, de conformidade com as disposições legais vigentes.

Art. 10.º — Este decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em S. Tomé, aos 19 de Maio de 1988. — O Primeiro Ministro, *Celestino Rocha da Costa*. — O Ministro Delegado do Primeiro Ministro, *Manuel Vaz Afonso Fernandes*.

Promulgado em 14 de Junho de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.